

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DA EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS), ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015, RELACIONADOS A SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS NO BRASIL; À CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO PELA PETROBRAS COM O FIM DE PRATICAR ATOS ILÍCITOS; AO SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO E AFRETAMENTO DE NAVIOS DE TRANSPORTE, NAVIOS-PLATAFORMA E NAVIOS-SONDA; A IRREGULARIDADES NA OPERAÇÃO DA COMPANHIA SETE BRASIL E NA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS NA ÁFRICA

**REQUERIMENTO Nº , de 2015
(Do Sr. Júlio Delgado)**

Requer a convocação do Sr JOÃO VACCARI NETO, tesoureiro do PT, para prestar depoimento a esta CPI.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 3º da Constituição Federal; no art. 2º, da Lei nº 1579, de 1952; no art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e no art. 218 do Código de Processo Penal; que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. JOÃO VACCARI NETO, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT), para prestar esclarecimentos sobre o esquema de desvio de dinheiro nos contratos de obras da Petrobras.

JUSTIFICAÇÃO

Reportagem publicada na revista Veja de 25 de fevereiro de 2015, edição número 2414, relata que o presidente da UTC, que está preso pela Operação Lava Jato da Polícia Federal em Curitiba por envolvimento no esquema de desvio criminoso de

dinheiro da Petrobras através de obras superfaturadas da estatal, pretende relatar em delação premiada que doou R\$ 10 milhões de reais para a campanha à reeleição da presidente Dilma Rousseff, no ano passado.

No dia 5 de fevereiro, o tesoureiro do PT João Vaccari Neto foi conduzido pela Polícia Federal para prestar depoimento sobre a Operação Lava Jato. O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, que é também um dos delatores da rede de corrupção montado na estatal, disse em depoimento que Vaccari recebia pelo PT no esquema de pagamento de propina por grandes empreiteiras em troca de contratos com a Petrobras.

Na data acima mencionada, além do mandado de condução coercitiva - quando a pessoa tem de ir à delegacia prestar depoimento, mas não presa - para João Vaccari, os policiais cumpriram ainda um mandado de busca e apreensão na casa do petista.

O envolvimento direto de João Vaccari Neto no esquema de corrupção de Petrobras também foi apontado pelo delator Pedro Barusco, ex-gerente da Diretoria de Serviços da Petrobras. Barusco disse em delação premiada que, no período de 2003 a 2013, o PT recebeu entre 150 milhões de dólares e 200 milhões de dólares em propina de 90 contratos firmados pela estatal. Segundo Barusco, pelo menos 50 milhões de dólares teriam sido passado por João Vaccari Neto.

Ante o exposto, entende-se necessária a convocação do Sr. João Vaccari Neto para esclarecimentos a esta Comissão, tendo em vista os novos fatos acima citados decorrentes da Operação Lava Jato, que apura o esquema de corrupção na Petrobras.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado JÚLIO DELGADO
PSB/MG